



4368 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT15 - Educação Especial

INSTITUIÇÃO PRÓPRIA PARA PESSOAS SURDAS EM TEMPOS DE INCLUSÃO?

Lucas Romário da Silva - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Resumo: Diante da importância do tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM/2017), "Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil", logo após a divulgação do tema, decidimos conhecer a ótica de pessoas que realizaram o exame em uma grande escola pública de João Pessoa-PB sobre tais desafios. Para tanto, entrevistamos 49 participantes. Dentre os seis desafios mais apontados pelos(as) participantes, neste trabalho, analisamos o sexto (instituição própria para as pessoas surdas) por considerarmos a importância do tema em tempos em que a inclusão se apresenta complexa e problemática.

Palavras-chave: Escola Bilíngue. Inclusão. ENEM/2017.

INSTITUIÇÃO PRÓPRIA PARA PESSOAS SURDAS EM TEMPOS DE INCLUSÃO?

Introdução

O tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM/2017) – "Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil" – pode ser considerado um marco histórico para a educação de pessoas surdas no país, uma vez que parte da sociedade foi demandada a refletir sobre a temática.

A proposta de redação do ENEM/2017 reveste-se de importância para uma sociedade que se pretende inclusiva, e fundamental para a comunidade surda, pois deu visibilidade à cultura, às identidades, à diferença, à educação e à história desses sujeitos excluídos historicamente. O fato de a educação dessas pessoas ter ganhado notoriedade nacional, sem dúvida, é um avanço em termos de atenção ao que vem sendo implementado pelas políticas educacionais e aos desafios que o Brasil enfrenta para a formação de sujeitos surdos.

Com base neste episódio favorável a uma reflexão sobre a educação das pessoas surdas, à luz dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos, tomamos como objeto de estudo, em uma pesquisa exploratória, os desafios para a formação das pessoas surdas, sob a ótica de participantes do ENEM/2017. Contudo, por meio de um recorte, neste artigo, analisamos um dos desafios (instituição própria para as pessoas surdas) apontados pelos(as) participantes da pesquisa, por considerarmos a importância do tema em tempos em que a inclusão se apresenta complexa e problemática.

Aventura metodológica

Assim que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgou o tema da redação do ENEM/2017, via mídias sociais, e que verificamos a veracidade em seu *site*, no dia 05 de novembro de 2017, dirigimo-nos ao Lyceu Paraibano. Essa instituição é uma tradicional escola pública estadual e referência na Paraíba, situada no centro da capital.

Foi nesse ambiente, em lugares estratégicos de circulação dos(as) participantes do ENEM/2017, que entrevistamos 49 deles (51% homens, 49% mulheres, de 16 a 30 anos), no momento em que deixavam o local após a realização do primeiro dia de prova (Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação; Ciências Humanas e suas Tecnologias).

Ressaltamos que a opção pela entrevista foi por ela proporcionar uma coleta imediata das informações que desejávamos, além de ser uma arena de significados (SILVEIRA, 2007), ou seja, uma técnica que possibilita à pesquisa o distanciamento da vertente positivista, no que diz respeito à revelação de "verdades" sobre o objeto estudado.

A participação dos(as) entrevistados(as) foi aleatória, sem critério específico para a escolha dos(as) mesmos(as). Conforme iam deixando o local e se dispunham a dar a entrevista, a mesma era realizada e gravada em um *smartphone*. Em relação à quantidade, considerou-se a avaliação da suficiência para a proposta do trabalho. Para tanto, foi elaborado um tópico-guia das entrevistas (GASKELL, 2014). A pergunta geradora que deveras permitiu uma análise específica do objeto desta pesquisa foi: **Para você, quais são os "desafios para a formação educacional de surdos no Brasil"?**

Após a classificação dos depoimentos, foram identificados 13 desafios para a formação de pessoas surdas no Brasil:

Quadro 2. Desafios para a formação educacional de pessoas surdas no Brasil

Inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória na educação básica	24,48%
Formação docente	18,36%
Despreparo institucional	18,36%
Inclusão social e laboral	16,32%

Combate ao preconceito	16,32%
Instituição própria para as pessoas surdas	12,24%
Difusão da Libras na sociedade	8,16%
Investimento financeiro	6,12%
Melhoria da qualidade educacional	4,08%
Políticas públicas específicas para as pessoas surdas	4,08%
Conscientização sobre os direitos das pessoas surdas	2,04%
Tolerância ao diferente	2,04%
Desafios superados	2,04%
Não soube responder	2,04%

De posse dos dados, percorremos os seguintes caminhos: *ordenação*, por meio do agrupamento dos depoimentos, considerando a sequência dos áudios gravados; *classificação* dos desafios para a formação dos sujeitos surdos; *análises*, ancoradas na abordagem qualitativa (DENZIN; LINCOLN, 2006) e nas bases teóricas dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos.

Devido aos limites de extensão deste texto e também pelo fato de os outros desafios já terem sido analisados em outros trabalhos (diferentemente desse), analisaremos de forma inédita apenas o sexto mais indicado pelos sujeitos: **instituição própria para as pessoas surdas (12,24%)**.

Instituição própria para as pessoas surdas como alternativa escolar?

Atualmente, com as políticas de inclusão, a defesa de uma escola específica para as pessoas surdas pode parecer surpreendente. Por isso, nos causou estranheza o tema vir à baila por parte de alguns sujeitos da pesquisa. Vejamos:

Eu acho que deveria ter mais instituições aqui apropriadas apenas para as pessoas deficientes, apenas uma instituição aqui para as pessoas deficientes. Acho que deveria ser o caso **(Onofre/20 anos)**.

Ter escola apropriada para eles. Porque está tendo muito pouco no Brasil. O corpo docente deixa muito a desejar **(Obadias/19 anos)**.

As escolas, abrir mais escolas específicas para eles, né? Porque é como se eles fossem descartados do mundo pela deficiência auditiva, tanto eles como 'o mudo', essas coisas, entendeu? **(Oneida/25 anos)**.

Eu acho que mais a falta de acolhimento dos surdos, sabe? A falta de educação para este público, de ter escolas específicas só para eles porque eles sofrem muito preconceito da sociedade em geral. Até mesmo nas escolas, se for entrar algum surdo vai ser totalmente desprezado por aquele grupo social do colégio, principalmente, que eu sei como é, né? Como eu estudo, eu sei como é **(Odélia/15 anos)**.

Criarem escolas para eles, escolas especiais, escolas para surdos. Só isso **(Odair/20 anos)**.

Os(as) entrevistados(as) sugerem uma escola que, de fato, acolha as pessoas surdas. Mas, que escola seria essa? Escola especial novamente? E as escolas atuais?

As escolas especiais, cada vez menos atuantes devido ao movimento de inclusão, eram pautadas numa concepção clínica, médico-terapêutica, baseada em métodos e mecanismos pedagógicos corretivos. Nessas escolas, as práticas eram marcadas por tentativas de correção e normalização das pessoas surdas e pela violência institucional (SKLIAR, 2013). Predominava o Oralismo.

Já as escolas regulares – ditas inclusivas – são o modelo escolar em vigência no Brasil. A partir de vários documentos que orientam essa proposta – representados, sobretudo, pela Declaração de Salamanca (CORDE, 1994) e pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) –, atualmente, recomenda-se que as pessoas consideradas com deficiência em fase escolar frequentem escolas regulares.

Essa iniciativa prevê a modificação da estrutura e do funcionamento dessas escolas, de modo a propiciar espaço para todas as diferenças. Para tanto, não bastam dispositivos legais. É preciso estarmos atentos à efetivação de práticas pedagógicas que respeitem e dialoguem com as diferenças culturais. Entendendo a importância dessa prática, chamamos a atenção para problematizarmos o que vem ocorrendo por dentro do sistema, nas relações sociais, no cotidiano pedagógico.

A pesquisa desenvolvida por Lacerda (2006) indica que os sujeitos entrevistados (discentes surdas e surdos, docentes e intérpretes) apontam problemas na escola regular, entre eles: desconhecimento sobre a diferença surda e suas implicações educacionais, dificuldades no processo de interação entre docentes e intérpretes, bem como a incerteza em relação ao papel dos diferentes sujeitos na escola, dificuldades com adaptações curriculares e metodológicas, exclusão de alunas surdas e alunos surdos das atividades desenvolvidas.

Dorzai, Araújo e Soares (2012) apontam que a escola regular tem implementado a inclusão apenas por decreto, não abalando suas convicções mais conservadoras. O direito das pessoas surdas à educação, enquanto efetivação da concepção de educação plena, com participação dessas pessoas, com significado e de forma justa para elas, não tem ocorrido nas práticas que subjazem o sistema educativo.

Acima de tudo, é essencial nos perguntarmos: até que ponto a migração das escolas especiais para as escolas comuns trouxe benefícios

às pessoas surdas? Do ponto de vista educacional, da cultura, da identidade, da alteridade, o que realmente mudou nesse processo?

Essas indagações nos remetem, inexoravelmente, para a concepção de escolas bilíngues. Essa concepção, defendida pelos movimentos surdos e pela maioria dos(as) pesquisadores(as) em Estudos Surdos, também, assim como as escolas ditas inclusivas, é prevista e assegurada pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, na meta 4, estratégia 4.7 (BRASIL, 2014).

A previsão das escolas bilíngues no PNE é uma conquista dos movimentos surdos que lutaram a partir da Conferência Nacional de Educação – CONAE, realizada em 2010, para inclusão do dispositivo que previa a garantia da opção das escolas bilíngues no sistema brasileiro de ensino. Conforme Campello e Rezende (2014), esse movimento em defesa das escolas bilíngues foi a maior mobilização da história do Movimento Surdo Brasileiro. O grande destaque desse episódio de luta é a presença das vozes das pessoas surdas, o seu desejo, a sua concepção política acerca da sociedade, da educação, de escola, de inclusão, de bilinguismo. Representando essas vozes, eis as palavras de Witkoski (2012, p. 95):

Constituiu-se em um direito conquistado na legislação brasileira, como um espaço de interação, identificação grupal e autoidentificação, que promova um ensino bilíngue com a mesma qualidade de formação de conteúdos que é perspectivada para alunos ouvintes. Mas deve contemplar a diferença surda, no enlace entre língua e cultura surdas, seu eixo de sustentação, para formar sujeitos surdos que tenham orgulho de ser surdos e usuários da Língua de Sinais.

Em suma, como a autora surda, sustentamos que “a escola defendida é aquela que atenda às especificidades da pessoa surda, construída a partir da perspectiva socioantropológica da surdez” (WITKOSKI, 2012, p. 93). Tal perspectiva defende uma escola não mais pautada na base oralista, na deficiência, na ausência de audição, na correção, ou no uso da língua de sinais como elemento de adaptação à cultura ouvinte. Propõe uma educação escolar baseada na cultura surda, em que todas as pessoas surdas possam expor livremente suas ideias e interagir com as demais, que os conteúdos escolares sejam recheados de sentidos para elas, enfim, uma escola em que sejam as protagonistas e que o respeito a sua cultura, a garantia de uma educação de qualidade e uma efetiva aprendizagem sejam os maiores símbolos do que é definido como inclusão.

Considerações finais

O apontamento, por parte dos sujeitos da pesquisa, da necessidade de instituições escolares específicas para as pessoas surdas denuncia que a não inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória na educação básica, a ausência de uma formação docente qualificada, o despreparo institucional, a exclusão social e laboral, o preconceito, entre outros problemas, tem feito da inclusão de pessoas surdas um processo complexo e problemático.

A possibilidade da implementação de escolas bilíngues não exclui a escola regular como alternativa escolar, pelo contrário, amplia o universo escolar formal e passa a considerar as diferentes identidades e alteridades surdas, respeitando as singularidades da cultura surda e buscando uma educação de fato mais inclusiva, visto que pesquisas vêm mostrando que nas escolas regulares essa realidade almejada tem sido inócua.

Diante do exposto, é preciso dizer que, mesmo sendo pessoas que não eram especialistas no assunto, algumas sequer conheciam pessoas surdas, os sujeitos da pesquisa apontaram uma alternativa ao modelo problemático que vem sendo o inclusivo, como consequência da necessidade da superação dos cinco primeiros desafios apontados por eles, aliando-se às denúncias e aos anseios das pessoas surdas. Propomos, no entanto, que, sobre o tema da escola bilíngue *versus* escola regular, a opinião das próprias pessoas surdas, seus desejos, anseios, sejam levados em conta na elaboração das políticas educacionais e nas práticas escolares. Até quando, nós, sociedade (majoritariamente ouvinte), Estado, famílias, escola, educadores(as) fecharemos os olhos para o que desejam as pessoas surdas?

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC; SEEP; 2008.

CAMPELLO, A. R.; REZENDE, P. L. F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2, p. 71-92, 2014.

CORDE. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais** Brasília: CORDE, 1994.

DENZIN; N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN; N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.) **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DORZIAT, A.; ARAÚJO, J. R.; SOARES, F. P. O direito dos surdos à educação (um estudo com jovens de 14 a 22 anos). In: LODI, A. C. B.; MÉLO, A. D. B.; FERNANDES, E. (Orgs.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos.** Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 333-371.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático.** 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 64-89.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cad. Cedex**, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

SILVEIRA, R. M. H. A entrevista na pesquisa em educação – uma arena de significados. In: COSTA, M. V. (Org.) **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007. p. 117-138.

SKLIAR, C. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: _____. (Org.) **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. p. 7-32.

WITKOSKI, S. A. **Educação de surdos, pelos próprios surdos**: uma questão de direitos. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.